

IMPERIALISMO, CULTURA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: as experiências de Romanos, Britânicos e Franceses.

Susana Cesco

(Universidade Federal do Pampa)

Yuri Corrêa Araujo

(Universidade Federal Fluminense)

Resumo: Ao comparar os impérios Francês e Inglês com o Romano, Hannah Arendt em seu livro “*As Origens do Totalitarismo*” afirmava que a arte de construir impérios à maneira romana havia se perdido. As grandes potências do final do século XIX e início do XX jamais conseguiram recriar uma estrutura que, assim como na antiguidade, fosse capaz de manter unidas identidades e culturas distintas por um longo período em um corpo político centralizado. Partindo deste prisma o objetivo deste artigo é tratar, em linhas gerais, dentro de uma perspectiva comparada, as estratégias utilizadas por ingleses, franceses e romanos, na construção e manutenção de seus impérios, respectivamente no último quartel do século XIX e até meados do século XX e nos séculos I e II d.C.

Palavras-chave: Imperialismo. Cultura. Identidade

Abstract: When comparing the French and English empires with the Roman Empire, Hannah Arendt in her book "The Origins of Totalitarianism" claimed that the art of building empires as the Roman way was lost. The great powers of the late nineteenth and early twentieth centuries were never able to recreate a structure, as in antiquity, that were able to hold together identities and cultures for a long period in a centralized political body. From this perspective the aim of this article is to discuss, in general terms, within a comparative perspective, the strategies used by British, French and Romans, in the construction and maintenance of their empires respectively in the last quarter of the nineteenth and mid-twentieth century and the first and second centuries AD.

Keywords: Imperialism. Culture. Identity

Ao comparar os impérios Francês e Inglês com o Romano, Hannah Arendt em seu livro “*As Origens do Totalitarismo*” afirmava que a arte de construir impérios à maneira romana havia se perdido. As grandes potências do final do século XIX e início do XX jamais conseguiram recriar uma estrutura que, assim como na antiguidade, fosse capaz de manter unidas identidades e culturas distintas por um longo período em um corpo político centralizado. Partindo de um estudo dessa obra este artigo propõe uma análise de alguns conceitos abrangentes e complexos como “Identidade, Cultura e Nação” em uma perspectiva comparada, especialmente no que diz respeito as estratégias políticas, ideológicas e dialéticas utilizadas por ingleses, franceses e romanos, na construção e manutenção de seus impérios.

Buscando uma perspectiva comparada mais abrangente e que possa dar a devida dimensão às noções de Imperialismo e Estados-Nação essa análise também perpassará mais detidamente o mundo romano, porque entendemos que essa analogia é pertinente e mesmo instigadora.

Creemos que poucas estruturas, tanto nos dias atuais quanto no período clássico, são tão complexas e tão fascinantes como os impérios em expansão, especialmente os discursos que envolvem o imperialismo. Em linhas gerais o que nos vem em mente ao pensarmos no tema são grandes extensões territoriais que abarcam diversos povos, identidades e culturas. Geralmente associados a esses primeiros pensamentos estão também um aparato militar poderoso e necessário para poder sustentá-lo.

Certo é que na atualidade esses movimentos não são mais justificados como “a carga do homem branco” ou como “consciência tribal ampliada”, segundo Arendt (2004, p.149). Em vez disso se fala

de “compromissos” com nações aliadas ou de responsabilidade do poder ou de solidariedade com os movimentos revolucionários “de libertação nacional”. A própria palavra “expansão” desapareceu do cenário político, que agora emprega termos como “extensão” ou “união”, o que diz quase a mesma coisa (ARENDT, 2004, p.149).

Remetendo-nos a um passado não tão distante poderíamos tomar como ponto de partida os Impérios Inglês e Francês. A partir das análises de Arendt, é no último quartel do século XIX que as primeiras estruturas imperiais do mundo moderno teriam surgido (ARENDT, 2004, p.149) e é nesse momento que se identifica claramente que a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreiras à expansão econômica. Isso se deu, basicamente por um tipo curioso de crise econômica, em que “a superprodução de capital e o surgimento do dinheiro 'supérfluo', causado por um excesso de poupança, que já não podia ser produtivamente investido dentro das fronteiras nacionais” (ARENDT, 2004, p. 164). Ou seja, a expansão se tornou o objetivo final da política externa desses governos então chamados imperialistas e uma de suas principais características era o desejo da expansão do poder político sem a criação de um corpo político (ARENDT, 2004, p. 164).

Esse “formato” de expansão pode ser traduzido como o Estado fornecendo seus aparatos, seja de natureza administrativa, de pessoal ou militar para tornar possível a instalação deste tipo

de empresa em locais como a África e a Ásia. Pela primeira vez não era o Estado que abria caminho para o dinheiro exportado, mas sim este que era seguido pelo Estado.

Para o mundo de hoje esta é uma operação menos complexa, muito mais restrita ao campo das empresas do que ao Estado, na maioria das vezes. Porém, naquela época, grande parte do ambiente encontrado era bem próximo a “alegre dança da morte e do comércio” que encontramos no romance *Coração das Trevas* de Joseph Conrad (CONRAD, 2001).

Este movimento, segundo Arendt, teria dado fim à estrutura de Estado-Nação, marco da Idade Moderna (ARENDT, 2004, p. 164). Podemos dizer que os processos de formação de um Estado Nacional passam pela unificação das correntes de poder ou das diferentes lideranças de uma dada região, que compartilham um passado histórico e cultural em comum. Seria, grosso modo, a união política destas identidades culturais próximas que daria a base dos estados nacionais. Teríamos então uma série de símbolos e signos em comum, tais como língua falada e escrita, religiões, crenças, costumes, entre outros que viabilizariam a identificação de grupos sociais ou povos entre si a ponto de se conceberem como um conjunto maior.

A partir do momento que esta estrutura de governo estabelecida, pensada e relacionada a um espaço geográfico, identitário e cultural circunscrito precisa se desdobrar para agregar e dar conta de territórios maiores que não fazem parte de sua história e do seu universo social, a concepção de Estado-Nação, tal como era, deixa de existir. A causa disto seria a “conquista do Estado pela Nação” (ARENDT, 2004, p. 261). Ainda segundo a autora, o próprio sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, teria forçado a burguesia a ingressar na política sob a necessidade de impor esta lei aos governos e torná-la o objetivo final das políticas externas de Estado.

A contradição que teria levado ao fim do Estado-Nação incide na incompatibilidade da expansão econômica com a política. A primeira, por pautar-se na produtividade do homem, em teoria pode expandir-se indefinidamente, por outro lado, a estrutura política não segue esta lógica. A base desse modelo de governo está no consentimento da nação e, por esse motivo, não pode ser distendida para além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados (ARENDT, 2004, p. 156).

A tragédia do Estado-Nação surgiu quando a crescente consciência nacional do povo interferiu com essas funções. Em nome da vontade do povo, o Estado foi forçado a reconhecer como cidadãos somente os

“nacionais”, a conceder completos direitos civis e políticos somente àqueles que pertenciam à comunidade nacional por direito de origem e fato de nascimento. Isso significa que o Estado foi parcialmente transformado de instrumento da lei em instrumento da nação (Arendt, 2004, p. 261).

Ao entrar em contato com o Estado-Nação na posição de conquistador, o efeito nos povos conquistados era o de despertar o desejo de soberania e a consciência nacional, criando, desta forma, um obstáculo para a tentativa de se construir um império.

O caso francês na Argélia foi uma tentativa de construção de Império onde todos seriam igualmente franceses. A Argélia foi incorporada como província da nação-mãe, que procurou estabelecer no território recém conquistado leis francesas, concedendo status especial aos cidadãos árabes nominalmente franceses. Como resultado a Argélia juridicamente seria tão parte da França quanto os bairros de Paris, só que seus habitantes por terem adquirido a cidadania francesa artificialmente, de forma imposta, tiveram despertada sua consciência nacional e uma ideia muito mais forte de união, identidade e pertença entre si e seu território, levando-os a distinguirem-se ainda mais dos franceses de origem. Esta condição teria se agravado quando, embora representantes das nações africanas pertencentes ao Império Francês tivessem se sentado no parlamento da França, dentro da ideia de um Império de “irmãos e súditos”, na prática, o que se verificou foi uma exploração absurda e brutal destes territórios unicamente em benefício da nação. Segundo Crozier (Apud ARENDT, 2004, p. 159) o que de fato ocorrera era que a França havia encontrado uma “forma econômica de dispor de carne para canhão”.

Os ingleses, por sua vez, sempre preservaram sua nacionalidade e seu status de conquistador frente os povos conquistados, sem procurar criar uma igualdade jurídica ou política, mesmo que em teoria, como os franceses. Procuraram formar um império quase em separado às estruturas sociais dos povos conquistados, abandonando-os aos mecanismos de sua própria lei, cultura e religião, mantendo-se afastados ao máximo e evitando disseminar entre estes as leis e a cultura britânica. Contudo, isso não impediu o despertar de uma consciência nacional e o desejo por independência e soberania. Agindo assim, os britânicos fortaleciam o conceito imperialista baseado em superioridade fundamental de “elementos elevados” sobre os “inferiores” (ARENDT, 2004, p.160). Um exemplo claro deste modelo de imperialismo foi o Apartheid na África do Sul.

Independente do período histórico e das estratégias de controle e governo utilizadas, o choque ocasionado pelo domínio imperialista sobre outros povos foi semelhante: o despertar,

mesmo que incipiente, de uma consciência tribal ou nacional e a luta contra esta dominação. Podemos dizer desta forma, que existe uma estreita relação entre imperialismo, cultura e identidade (SAID, 1995, p. 38).

É possível observar tal conexão em nosso tempo presente. O fenômeno que definimos como *Globalização* se insere neste contexto. O momento de grande “circulação” cultural pelo qual passamos, a padronização dos gostos que pode ser observada na moda, nos hábitos alimentares, no consumo, o enfraquecimento dos Estados-Nação, a criação de uma ordem econômica supranacional (NEGRI; HARDT, 2003), entre outros, são as principais características do mundo contemporâneo. Segundo Ramonet (1998, p.33-49), o atual sistema capitalista é caracterizado pela convergência de culturas e estilos de vida que disseminados criam um grupo de consumidores que mal se distinguem entre si. Ao mesmo tempo em que temos esse movimento de “uniformização” das culturas, sendo o grande parâmetro para isso os Estados Unidos, vemos surgir movimentos de resistência a este fenômeno. A busca pelas “raízes”, a reafirmação das tradições, das etnias e tudo aquilo que venha a reforçar a identidade e as particularidades de um povo ou de uma nação estão intimamente ligados a esse processo, servindo de contraponto a ele. Recuando um pouco no tempo, acreditamos que a prática imperialista romana apresentou uma especificidade semelhante e que foi o ponto principal de seu “sucesso”.

Com a expansão territorial de seus domínios para diversas áreas do Mediterrâneo os romanos passaram a ter um contato constante com diversas culturas e a conviver com os mais variados povos que lá habitavam. Naturalmente, por se tratarem de territórios conquistados, os romanos inicialmente representaram um elemento externo, algo que não pertencia àqueles lugares. Não era somente a sua presença física que não pertencia ao local, mas também os seus hábitos, costumes, crenças, maneira de pensar, entre outros fatores que, de uma maneira geral, podemos definir como identidade. As conquistas, então, levaram povos de diferentes identidades culturais a coabitar, a dividir o mesmo espaço geográfico com os romanos. Mesmo que alguns deles possam ser considerados culturalmente mais próximos aos romanos - como procurou mostrar Braudel (1983) ao levantar a ideia de uma “identidade mediterrânea” na faixa litorânea - na maioria dos casos se tratavam de sociedades com hábitos e costumes distintos aos encontrados em Roma. Sendo assim, este sentimento de não pertencimento em relação à presença dos

conquistadores foi, provavelmente, comum a todos esses povos, independente se no mundo antigo ou moderno, variando somente a sua duração e intensidade.

Da mesma maneira que os nativos, os romanos, os ingleses e franceses, também sabiam que não pertenciam ao local que conquistavam. Mesmo tendo ciência de que este território passaria a ser parte do seu Império era difícil identificar-se com ele. Caso a região conquistada não compartilhasse de um universo cultural com o qual os conquistadores estavam familiarizados, este distanciamento era ainda maior. No caso romano, um bom exemplo deste estranhamento que chegava a beirar a intolerância são as narrativas usadas pelos escritores do período como Estrabão, nas quais os nativos que não tinham hábitos próximos aos considerados “civilizados” – traduz-se aqui os encontrados nas sociedades greco-romanas da qual Estrabão fazia parte - eram descritos de uma maneira negativa e estereotipada, como foi o caso dos lusitanos, cantabros e a grande maioria das tribos que habitavam regiões montanhosas da Península Ibérica.

A apropriação acrítica deste tipo de discurso por parte da historiografia legou aos romanos o papel de civilizadores do mundo antigo, da mesma forma que para o mundo moderno a Europa o era. Sob esta lógica de análise, os problemas gerados pelas diferenças culturais entre os povos que compunham o Império Romano foram disfarçados pela falsa ideia de homogeneidade criada pelas noções de aculturação, onde as identidades locais teriam sido gradativamente substituídas pela romana ao longo do tempo.

Essa perspectiva de análise, baseada na noção de civilização *versus* barbárie, desconsiderava a autonomia dos agentes históricos frente aos processos sociais e culturais de que faziam parte, legando aos conquistados uma posição de passividade.

As transformações ocorridas nos paradigmas epistemológicos historiográficos e das ciências sociais levaram a uma rejeição às posturas etnocêntricas no âmbito das Ciências Humanas como um todo, servindo de crítica à visão colonialista europeia, baseada em uma concepção “elitista” do próprio termo cultura e à construção da História a partir da perspectiva dos vencedores. A partir daí, os pesquisadores passaram a questionar as noções de aculturação que marcaram os estudos sobre Impérios até meados da década de 1970. Atualmente, os estudos sobre culturas inseridas dentro de um contexto de dominação têm demonstrado que elas, além de não terem sido extintas, ainda floresceram (ARAUJO; MENDES, 2007, p. 257).

A questão das interações culturais entre romanos e os “outros” não pode ser encarada de uma forma tão simples quanto uma aculturação. Até porque isto nos impediria de tentar entender a dinâmica que levou a experiência romana de construção de um império ser bem sucedida. O que possibilitou Roma formar e manter a integração destes povos em uma estrutura política centralizada foi, justamente, o meio que encontrou para lidar com essas diversidades e que a permitiu manter suas conquistas. Foi necessário fazer com que os povos dominados se identificassem com o modo de vida romano e tudo o que a apropriação deste implicaria. Era preciso construir novos meios para inserir cada região nas redes de relações sócio-econômicas, políticas e culturais que compunham o Império.

Por conta disso, ao remetermos nossos pensamentos ao Império Romano o que nos vem em mente, na maioria das vezes, é o seu poderio militar. Um exército tão espetacular que foi capaz de subjugar o mundo mediterrâneo e colocá-lo sob seus pés. Obviamente esta é a maneira com que Roma ficou mais conhecida, uma “máquina de guerra” (SCHUMPETER, 1965, p. 58) que manteve seus domínios na ponta de suas lanças, e é esta faceta que a mídia moderna mais explora. Contudo, ao nos questionarmos como foi possível, naquele período, uma cidade manter, enquanto unidade política e territorial centralizada, um Império tão extenso, necessariamente nos vemos compelidos a buscar alternativas à resposta mais comum, que seria o seu poderio militar. Da mesma maneira que para a França e para a Inglaterra o foi, seria impossível para Roma manter o controle sobre as diversas áreas do Império durante tanto tempo somente através de suas forças coercitivas. Outras forças eram responsáveis pela integração e centralização deste espaço.

A questão geográfico-espacial foi fundamental nos processos de consolidação e legitimação da conquista. Através do reordenamento visual e espacial gerado pela cidade foi possível inserir os nativos das regiões mais afastadas de Roma em um universo romano em menor escala, resultando na formação de potentes forças ideológicas que permitiram manter unidas às diversas culturas que compunham o Império.

Com a anexação de novas etnias, ocasionada pelo alargamento de seus domínios, o Império ia se tornando cada vez mais uma entidade cultural heterogênea, que deveria ser ajustada para permitir a hegemonia romana. Roma percebeu a necessidade de implementar uma política de reordenamento espacial que tinha como objetivo reforçar o modelo de sociedade que ela representava e construir elementos comuns a todas as áreas do Império que permitissem que seus habitantes se identificassem com este modelo. Isto implicaria em criar forças psicológicas

capazes de manter unidas as diferentes etnias e sociedades que agora faziam parte do mundo romano, permitindo dar uma ideia de uniformidade e coesão, algo que possibilitasse tanto a romanos quanto aos demais a identificarem a si e a sua região como componentes do Império (SIMMEL, 1997, p. 644). Era necessário também fazer com que Roma fosse vista como a força ordenadora capaz de dar sentido a toda estrutura imperial, um ícone simbólico que fosse respeitado não somente pelo seu poder coercitivo, mas por tudo aquilo que ela representava. A ordem romana deveria ser seguida e reproduzida por todas as províncias em um nível local. Isto significava que o padrão cultural considerado romano deveria ser almejado pelos próprios nativos. Desta forma, intentava-se criar uma ideia de “romanidade” que fosse compartilhada entre as diversas culturas; uma identidade imperial, que fosse construída e adotada como parte integrante das identidades locais.

Seria importante a construção de um espaço privilegiado que congregasse os mais diversos símbolos desta nova sociedade, que representasse este novo estilo de vida e que pudesse seduzir os demais habitantes a seguirem e a compartilharem entre si esta nova estrutura social nascente. A cidade surgia como este local privilegiado.

A modificação da paisagem por ela ocasionada permitiu uma quebra na lógica organizacional que estruturava um determinado espaço, fazendo com que a relação de identidade que o nativo tinha com este fosse alterada. Os povos conquistados, então, passariam a conviver com uma nova paisagem imperial e novas relações sociais correspondentes às representações que integravam o “projeto cultural” romano (WOOLF, 2001, p. 314-315).

Na época de Augusto podemos perceber a implementação de uma política de urbanização nas províncias da península. Atuando como centros difusores do domínio romano, para os espaços urbanos convergiam as decisões políticas, militares e o controle econômico regional. Funcionando como ícones da cultura imperial, as cidades eram responsáveis pela transmissão e difusão da concepção cosmológica de ordenação do mundo cujo funcionamento dependia da reprodução contínua de sua civilização, em todos os níveis. Por isso, ao longo do período imperial temos o incentivo à construção de diversos marcos espaciais urbanos como fórum, teatro, anfiteatro, termas, basílicas, templos, estátuas, arcos, muralhas, entre outros que representassem e identificassem os padrões culturais romanos.

A capital do Império tornou-se o símbolo perante o qual os romanos baseavam a sua concepção de civilização, determinando a configuração da paisagem dos centros urbanos, cuja

identificação com a cultura hegemônica era medida através dos níveis de apropriação dos padrões culturais acima citados e práticas sociais que caracterizavam a vida urbana civilizada.

Desta forma, Roma pretendia estabelecer uma escala hierárquica de valores, onde cada cidade teria seu estatuto sócio-jurídico definido pela concessão da cidadania romana. Este sistema era bastante favorável à dominação, pois fazia com que as cidades e parcelas de suas populações buscassem cada vez mais a proximidade cultural com Roma a fim de obter a cidadania e de incrementar seu status político-jurídico dentro do império.

Levando em consideração estes e fatores como a importância econômica, o tamanho do território, a realidade sócio-política, os componentes étnicos entre outros, foi elaborado um sistema de classificação que era baseado nos níveis de comprometimento de cada cidade com a política romana.

Por conta da elaboração de tal sistema de hierarquização dos povoamentos provinciais, Roma conseguiu criar um modelo de domínio no qual os requisitos classificatórios baseavam-se nos níveis de apropriação, pelos locais, dos padrões considerados “civilizados” pelos romanos. Assim, dentro desta lógica de inclusão/ exclusão pautada na adoção dos seus símbolos representativos, Roma conseguia criar uma escala de valores que assumia o *padrão romano* como pré-requisito para todos aqueles que quisessem se inserir no sistema imperial. A cidadania e o conjunto dos marcos espaciais urbanos que integravam a *civitas* correspondiam ao conjunto plural de significados compartilhados que englobavam o “ethos civilizatório” (WOOLF, 1998, p. 48), imprescindível para tornar-se romano.

A *civitas* surgia assim como o principal agente de ordenação e hierarquização estrutural do território, ao mesmo tempo em que também era a base física para as relações de poder tanto a nível local quanto imperial. Destarte, podem ser consideradas como práticas discursivas, uma construção espacial e simbólica que interferia na relação lugar-identidade e nos campos ideológicos e sociais, atuando como uma forte disseminadora da cultura romana e como tal uma peça chave dos processos de Romanização.

Contudo, como afirmam Laurence e Berry (1998, p. 22), “o Império Romano não exigiu que indivíduos ou mesmo comunidades adotassem uma identidade distintamente romana pela exclusão de qualquer outra identidade. As identidades locais sobreviveram e floresceram sob o Império, em termos individuais, comunais, regionais e supra-regionais”. O que se procurou estabelecer neste “projeto imperial” romano foi a elaboração de um código cultural em comum,

uma ideia de romanidade que fosse acessível e que pudesse ser compartilhada entre todos os habitantes do império. Para isso, as mensagens não-verbais embutidas nas novas estruturas físicas e sociais que surgiam deveriam ser constantemente reproduzidas. Somente com a apropriação e propagação do modo de vida romano pelos demais povos seria possível criar uma ordem ideológica que pudesse sobrepujar as diversidades locais e garantir o controle político e a exploração econômica das províncias conquistadas.

Através de um sistema de negociações que envolviam questões como prestígio, poder e cidadania, Roma conseguiu estabelecer uma rede de interdependências entre as elites cênicas e as elites provinciais, possibilitando que seus interesses fossem defendidos a partir da reprodução em um nível local de suas práticas de domínio. Era a cultura, enquanto instrumento de poder, cumprindo sua função de legitimar a nova ordem vigente.

Por tudo isso, se fosse possível traduzir em uma só palavra o significado dos séculos de permanência da presença romana na Península Ibérica, a palavra mais adequada seria *mudança*. Desde o início do domínio até a sua desagregação no Baixo Império, as transformações econômicas, políticas, culturais e sociais foram constantes. A estratégia adotada por Roma na Lusitânia, por exemplo, baseava-se na remodelação das sociedades locais com o intuito de se construir laços de identidade com suas províncias. Para tal foram forjados novos costumes, práticas sociais, relações de poder e estilos de vida cotidianos.

A manutenção do domínio em territórios conquistados ou áreas de influência sempre se apresentou como um desafio para qualquer Estado Imperial, independente do período histórico a que pertença. Fazendo uma análise sobre este tema, Maquiavel, em seu livro *O Príncipe*, teria apontado somente três opções passíveis de êxito para se manter o controle sobre as cidades ou povos que estivessem habituados a viver em liberdade, de acordo com seus costumes e suas leis: a primeira seria arruiná-los, a segunda habitá-los pessoalmente e a terceira deixá-los viver sob suas leis, fazendo-os, porém, pagar um tributo ao conquistador e organizando neles governos de pouca gente, que saibam se conservar como amigos. No caso romano podemos observar o uso destas três estratégias.

Sobre a primeira podemos citar os casos de Cartago e Numância, na qual os romanos, para que fosse possível exercer sua autoridade, destruíram estes dois locais. Sobre a segunda, temos diversos exemplos de construção de colônias romanas em territórios conquistados, como Pax Augusta (ou Pax Julia) e Augusta Emérita na Lusitânia. Por fim, a terceira foi o modelo de

domínio mais comum que Roma procurou estabelecer na maior parte do seu Império. As razões por esta última ser a estratégia mais utilizada são inúmeras.

A manutenção de um grande contingente militar em um determinado local gera grandes despesas, podendo transformar a conquista em perda (MAQUIAVEL, 1985, p.12-15). Igualmente, sua presença causa diversos transtornos às populações locais, podendo levá-las a se revoltar e diminuindo as chances posteriores do domínio se tornar legítimo. Mesmo que a opção seja a de destruir um local, esta estratégia não pode ser aplicada a todas as regiões, uma vez que se tem a necessidade de haver “braços” para trabalhar e pagar impostos. Dentro desta lógica a criação de colônias também estaria restrita tanto por não pagarem impostos quanto pelos limites contingenciais de pessoas para repovoar diversas áreas. Assim, sempre que possível, e por ser a maneira mais viável, Roma procurou buscar nas alianças com as elites locais à forma de sustentar suas conquistas.

Estas elites, muitas vezes investidas ou mantidas no poder por Roma, sabendo que não poderiam conservar-se nesta posição sem sua amizade e sua vontade, buscaram inúmeras maneiras de obterem seu apreço a fim de manterem suas posições. De fato, para Roma, não importava se os povos locais não seguissem seu “projeto civilizador” desde que seus interesses econômicos e políticos estivessem resguardados.

Ao vincularem-se a Roma, as elites locais tornaram-se potentes aliadas na propagação e legitimação da ordem que se instaurava. A apropriação da cultura romana servia como um divisor de águas para identificar aqueles que buscavam ou não se inserir na vasta rede de relações do Império. Embora os provinciais tivessem liberdade em como construir e apresentar suas identidades dentro do contexto de domínio romano, tornava-se vantajoso para muitos fazer parte do modelo de sociedade proposta por Roma (ARAUJO; MENDES, 2007).

O processo de romanização significava, positivamente, introduzir-se num sistema de relações comerciais e políticas mais complexas. Essa possibilidade era extremamente atraente para as cidades com potencial econômico a ser explorado, ou mesmo para grupos que viam, no contato com Roma, a possibilidade de implementarem suas condições de vida através da manutenção e afirmação do seu status perante a comunidade local.

Além de estabelecer um sistema que permitia a ascensão hierárquica das cidades, Roma também possibilitou que seus habitantes elevassem seu estatuto social e político através da concessão de cidadania. Tornar-se cidadão impunha limites e modelava de várias formas a vida

pública e privada, através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de veicular e impor a adoção do ideal de ser romano, tais como: produção intelectual, religião, educação, remodelação dos ambientes físicos, organização administrativa, instituições, surgimento de novos grupos sociais, construção de cidades, rede viária, organização militar. Através desta estratégia, baseada na lógica do prestígio, os romanos visavam atrair para si os grupos sociais mais importantes de suas províncias, inserindo-os numa rede complexa de relações (o Império Romano) e, por consequência, atrelando sua subsistência a reprodução da política e da lei imperial em todas as áreas do “*limes*” (SENNETT, 1997, p. 98). Assim, com criação de novos valores sociais sedimentados na concepção de mundo romana que se procurava transpor para todas as províncias, Roma estabelecia um elo indissolúvel entre aqueles que queriam exercer o poder e a sua cultura.

No momento em que a disseminação do modo de vida romano, estimulada pelas elites locais, possibilitou criar um padrão normativo comum, um modelo a ser seguido frente às heterogenias culturais do Império, os processos de consolidação das conquistas transcenderam às esferas coercitivas, atingindo patamares ideológicos. O domínio de Roma sob suas províncias passava a ser orgânico, endógeno.

A função da cultura como instrumento para se legitimar o domínio ou uma determinada ordem sócio-política pode ser encontrada nesta breve afirmação de Bourdieu:

Somente na medida em que tem como sua função lógica e gnosiológica a ordenação do mundo e a fixação de um consenso ao seu respeito, é que a cultura dominante preenche a sua função ideológica - isto é, política – de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma estrutura estruturada ela reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevaletentes que, enquanto uma estrutura estruturante (como uma problemática), a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais, e destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes” (BOURDIEU, P. The thinkable and the unthinkable. in. BOURDIEU, 2005, p. 12)

Esta nova etapa da conquista, subsequente às políticas de reordenação espacial iniciadas por Augusto, permitiu que formas mais eficazes de controle dos territórios surgissem. Embora a atuação da política romana estivesse pautada principalmente na cooptação das elites locais, o fato

de os notáveis de uma sociedade procurarem se apropriar da cultura do dominador é muito significativo para uma comunidade como um todo. Se levarmos em consideração que os símbolos de uma determinada cultura carregam consigo uma gama de significados, discursos, mensagens e representações que buscam ordenar e criar um consenso em torno do meio social do qual foram produzidos, perceberemos que sua existência é indissociável de sua função política (BOURDIEU, 2005, p. 12-16). Ao se apropriarem de símbolos e de cargos religiosos, políticos e administrativos romanos, estas elites contribuíam diretamente para a Romanização dos demais e para a legitimação da nova ordem que se apresentava.

A formação e reprodução do sistema de domínio imperial romano, e tudo aquilo que ele representava, enquanto força hegemônica só foi possível devido à criação deste sistema de trocas que fazia com que a população, ao menos uma parcela dela, visse vantagens em tornar-se parte das redes de relações do Império. É esta afirmação que nos permite dizer que o domínio romano envolvia o consentimento do subordinado.

Tal paradoxo pode encontrar solução nas teorias de Antonio Gramsci. O conceito de hegemonia, construído a partir de Marx, possui uma relação dialética com o conceito de dominação, na medida em que a função de liderança econômica, social, intelectual e moral das classes dominantes forma ou constitui um consenso, a partir dos valores por ela apregoados, que é, na visão de Gramsci, um modo de dominação mais eficaz que a coerção. Assim, para este autor, a hegemonia seria entendida como capacidade de direção intelectual e moral, a partir da qual a classe dominante ou aspirante ao domínio consegue se fazer aceita como dirigente legítima dos destinos da sociedade através da conquista do consenso ou da submissão passiva da maioria da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante (GRAMSCI, 1979, p.10-11).

Contudo, isso não significava que as identidades, ou a própria dinâmica social local tivessem sido extintas para dar lugar à cultura romana e todas as suas implicações subsequentes. Como o próprio Gramsci afirmou, “se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; [para] que se forme certo equilíbrio de compromisso” (GRAMSCI, 1979, p.33). Isso denota que, para se fugir de uma lógica de controle meramente coercitiva, os níveis de subordinação e dominação não podem ser impostos - de maneira a excluir as alteridades, mas sim parcialmente negociados, a fim de integrá-las e ainda manter suas diretrizes político-ideológicas. Isso foi possível através da reestruturação das ordens

sociais e espaciais das províncias, que permitiram a construção de experiências relacionais marcadas pelo diálogo entre as culturas, pela diversidade e pela formação de locais de ambiguidade que traziam em sua genealogia traços culturais de ambos os povos. Portanto, embora Roma tenha criado em suas províncias sistemas de identificação que possibilitavam dar sentido a uma ideia de romanidade compartilhada pelos habitantes do Império, isso não exclui a possibilidade de que as comunidades mantivessem suas alteridades.

Com o alargamento das fronteiras imperiais os padrões culturais considerados romanos espalharam-se por todo o mundo mediterrâneo. Cada comunidade com quem entraram em contato os interpretou, apropriaram, modificaram e ressignificaram da forma que melhor lhes convinha, adaptando-os de acordo com seus interesses e os ajustando à sua diversidade cultural.

O novo código cultural compartilhado resultante destes processos interagiu com os vetores fundamentais do “projeto cultural” Romano, estritamente relacionado com a ideia da missão de Roma como difusora da civilização (WOOLF, 2001, p.311-322). Acreditamos que essa tipologia de domínio, que privilegiou as práticas relacionais de inclusão e não de exclusão, foi um dos fatores fundamentais para a reprodução do Império Romano, durante um longo período de tempo e sobre uma vastíssima extensão territorial. Essa dinâmica relacional que não inibiu a permanência da diversidade favoreceu a integração das províncias e atuou como mecanismo de identificação das elites locais ao “modo de vida Romano”.

Através do estabelecimento de estatutos político-jurídicos hierárquicos, aplicáveis tanto às cidades quanto aos seus habitantes, Roma conseguiu atrair para seu lado as elites locais que, agindo dentro de uma lógica de reconhecimento, troca de favores e prestígio, atuavam como propagadoras do modo de vida romano. Esta estratégia agiu como um forte agente de controle social e como um mecanismo regulador de teor altamente promocional, o qual foi determinante para o equilíbrio social e compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do centro imperial.

Embora os provinciais tivessem liberdade em como construir e apresentar suas identidades dentro do contexto de domínio romano, pode-se dizer que o grande mérito de Roma na manutenção de suas conquistas foi tornar vantajoso para muitos fazer parte do modelo de sociedade que propunha. O projeto imperial romano era, primeiramente, baseado na lei “de modo que a conquista podia levar à integração de povos heterogêneos graças a imposição de uma lei comum” (ARENDT, p.155). Esse modelo pode ser descrito como 'conquista', diferente de

'expansão', mais aplicável aos impérios do final do século XIX que localizaram o conceito “expansão” no âmbito econômico e não político, já que esse modelo específico de expansão visava o permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX (ARENDT, p.155).

Ainda de acordo com Arendt, a estrutura política do Estado-Nação era incompatível com a tentativa de construção de um Império. O nacionalismo e a questão das identidades que definiam a nação foram um entrave à assimilação e incorporação de novas etnias e culturas que foram anexadas com a expansão imperialista. No caso francês embora tivesse havido uma tentativa de unir a idéia de *ius* com *imperium* buscando transformar a estrutura do Estado-Nação em uma estrutura imperial, o que se verificou, apesar da expansão da cidadania, foi que uns eram mais cidadãos franceses que outros.

A necessidade de explorar e extrair o máximo de lucro dos países “conquistados” impossibilitou ver esses povos como “sócios” dessa empresa. Os ingleses, em sua tentativa de manter suas colônias em seu “estado natural” evitando a disseminação da cultura e da lei inglesas, foram mais bem sucedidos do que os franceses, mas apenas retardaram o processo que levaria suas colônias a independência. A concepção de missão civilizadora baseada nas ideias raciais européias também foi fundamental para manter tal diferenciação e para justificar as atrocidades cometidas na corrida imperialista, tornando inviável o estabelecimento de um império duradouro como o romano. Nas palavras de Hannah Arendt, a nação britânica revelou desconhecer a arte romana de criar um império (ARENDT, 2004, p.158).

De fato, o que possibilitou o Império Romano manter-se enquanto uma estrutura política única, embora abarcasse inúmeras identidades culturais, foi a construção de uma identidade imperial. Algo que não necessariamente excluía ou era conflitante com a identidade local, mas que permitia uma identificação entre os diversos povos que integravam o império. Os romanos não se identificavam por origem territorial, etnia ou crença. O que de fato definia sua identidade era o estatuto jurídico-político representado pela cidadania romana. Ser um cidadão da cidade de Roma não tornaria um indivíduo superior ou melhor do que um cidadão da Lusitânia, por exemplo; possuíam iguais direitos e deveres perante o Império. A prova disso foi que durante sua história subiram ao poder Imperadores das mais variadas localidades como da Península Ibérica e do norte da África. Esse sentimento de pertença a algo maior que sua cidade, tribo ou povoado,

essa ideia de romanidade foi a chave para o êxito das conquistas romanas e para manter a integração desta vasta extensão de terra e povos que integravam o império.

Ao que nos parece, a referida “arte romana de criar impérios”, e que faltou aos Imperialismos Modernos, foi justamente a habilidade de adotar estratégias capazes de construir reais laços de identidade com suas províncias. Algo que os países imperialistas europeus do século XIX, pela maneira de governar suas colônias, não conseguiram. Também, pelas consequências – fracassos - de suas investidas imperialistas, podem ter levado a conclusões como as de Arendt ao afirmar que “imperialismo não é construção de impérios, expansão não é conquista (2004, p.160). Questões sociais, culturais, religiosas andam *pari passu* à política e à economia e precisam ser consideradas e verdadeiramente dimensionadas nos trabalhos sobre esse tema.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Yuri Corrêa e MENDES, N. MUSCO; Epigrafia, Sociedade e Religião: o caso da Lusitânia. **PHOINIX** 13. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- CONRAD, Joseph. **Coração das Trevas**. Trad: Juliana L. Freitas. São Paulo: Nova Alexandria LTDA, 2001.
- GARCIA y BELLIDO, A. **España y los Españoles hace dos mil años. Segun da Geografia de Strábon**. Madrid: Espasa-Calpe, 1968.
- GRAMSCI, A . **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LAURENCE, R. and BERRY, J.(edit) **Cultural Identity in the Roman Empire**. London: Routledge, 1998.
- MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Tradução: Roberto Grassi; 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michel. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003
- PLINE L’ANCIEN. **Histoire Naturelle**. Livre IV. Paris: Lês Belle Lettres, 1998.

POLÍBIOS, **História**. Tradução: Mário da Gama Kury; 2ª ed. Brasília: UnB, 1985.

RAMONET, I. Pensée unique et régimes globalitaires. In: **Glogalização: o fato e o Mito**. Seminário Internaicional; Programa Universitário de Estudos Estratégicos UERJ/UFRJ, 13,14 e 15 Abril, Rio de Janeiro, 1998, pp33-49.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, E. W. **Orientalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCOTT, S. Provincial Art and Roman Imperialism: An Overview. In: Scott, S. and Webster, J. **Roman Imperialism and Provincial Art**. New York: Cambridge University Press. 2003.

SCHUMPETER, J. **Imperialismo Classes Sociais**. Madrid: Tecnos S.A , 1965.

SCHEID, J. **La Religion des Romains**. Paris: Armand Colin, 1998.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Tradução de Marcos Aarão reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SIMMEL, G. **Sociologia: Estudos sobre las formas de socialización**. _Volumen II. Madrid, Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: **Revista de História**, Campinas: UNICAMP, 1991.

WOOLF, G. Inventing Empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, E., D`ALTROY, T. E. *Et alii* (Orgs) **Empires**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 311-323.

WOOLF, G. **Becoming Roman**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.